



221

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0202878-0/01

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

AGRAVADO: ARTUR REIS PEIXOTO

RELATOR CONVOCADO: SILVIO ROMERO BELTRÃO

5469

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. CLÁUSULA RESTRITIVA DE COBERTURA DE SEGURO. NÃO COMPROVAÇÃO DE CONHECIMENTO PRÉVIO. DECISÃO TERMINATIVA. ART. 557 DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA CONFIRMADA PELO ÓRGÃO COLEGIADO. CONVALIDAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Nas relações de consumo, o consumidor só se vincula às disposições contratuais cujo conhecimento prévio lhe é assegurado, conforme a jurisprudência do STJ. 2. A confirmação de decisão monocrática de relator pelo órgão colegiado sana eventual violação ao art. 557 do CPC (entendimento do STJ) 3. A unanimidade, negou-se provimento ao recurso de Agravo.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao recurso, tudo de conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife, 27 de Janeiro de 2010.

Silvio Romero Beltrão – Relator Convocado.



222

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO Nº 0202878-0/01

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

AGRAVADO: ARTUR REIS PEIXOTO

RELATOR CONVOCADO: SILVIO ROMERO BELTRÃO

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo, interposto contra decisão terminativa, proferida em sede de julgamento de apelos.

Na decisão vergastada, manteve a sentença recorrida, com fulcro no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil (CPC), por estarem os apelos em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Inconformada, a Sul América Companhia Nacional de Seguros interpôs o presente recurso de agravo (fls. 02/17). Aduz a agravante que não poderia ter sido aplicado o art. 557 do CPC, pois a jurisprudência do STJ estaria em consonância com a pretensão da recorrente.

Pleiteia a agravante a reconsideração da decisão terminativa e, não havendo a reconsideração, requer o recebimento e o provimento do presente recurso de agravo, a fim de que possa ser devidamente processado e julgado por esta Quinta Câmara o apelo apreciado monocraticamente.

É o que importa relatar.

Recife, 22 de janeiro de 2010.


Silvío Romero Beltrão
Relator Convocado



223

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

QUINTA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO Nº 0202878-0/01
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
AGRAVADO: ARTUR REIS PEIXOTO
RELATOR CONVOCADO: SILVIO ROMERO BELTRÃO

VOTO

Entendo que a decisão vergastada não carece de reforma.

Na sentença mantida pela decisão monocrática ora atacada, a d. Juíza da 31ª Vara Cível da Capital julgou parcialmente procedente o pedido feito na petição inicial, determinando que a ora agravante procedesse ao pagamento da indenização no valor mencionado no item 3.1 da inicial, bem como dos gastos com reboque, acrescido dos juros de mora e de correção monetária, mais as custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, excluindo os danos morais.

Conforme já ressaltado na decisão terminativa, não assiste razão à seguradora ora agravante.

Nas relações de consumo, o consumidor só se vincula às disposições contratuais cujo conhecimento prévio lhe é assegurado, conforme a jurisprudência do STJ, *in verbis*:

"DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE SEGURO. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA ENTRE OS DOCUMENTOS ENTREGUES AO SEGURADO. PREVALÊNCIA DO ENTREGUE QUANDO DA CONTRATAÇÃO. CLÁUSULA LIMITATIVA DA COBERTURA. NÃO-INCIDÊNCIA. ARTS. 46 E 47 DA LEI N. 8.078/90. DOUTRINA. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO. I - Havendo divergência no valor indenizatório a ser pago entre os documentos emitidos pela seguradora, deve prevalecer aquele entregue ao consumidor quando da contratação ("certificado individual"), e não o enviado posteriormente, em que consta cláusula restritiva (condições gerais). II - Nas relações de consumo, o consumidor só se vincula às disposições contratuais em que, previamente, lhe é dada a oportunidade de prévio conhecimento, nos termos do artigo 46 do Código de Defesa do Consumidor. III - As informações prestadas ao consumidor devem ser claras e precisas, de modo a possibilitar a liberdade de escolha na contratação de produtos e serviços. Ademais, na

J



224

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

linha do art. 54, §4º da Lei n. 8.078/90, devem ser redigidas em destaque as cláusulas que importem em exclusão ou restrição de direitos.” (REsp 485.760/RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/06/2003, DJ 01/03/2004 p. 186)

In casu, consoante destacado pela magistrada *a quo*, não restou devidamente comprovado que o agravado tinha pleno conhecimento da cláusula que excluía a cobertura do seguro caso o sinistro ocorresse por conta de “perdas e danos ocorridos quando em trânsito por trilhas, estradas ou caminhos impedidos, não abertos ao tráfego ou de areias fofas ou movediças”. Por tal razão, sendo o contrato de adesão e regido pelas normas de defesa do consumidor, entendi acertada a sentença, a qual declarou nula a referida cláusula. Cumpre destacar, ademais, que a principal característica do veículo segurado (LAND ROVER) é a possibilidade de transitar fora da estrada, pois se trata de um veículo “off-road”.

Oportuno ressaltar, ainda, que mesmo se não tivessem sido atendidos de forma estrita os requisitos do art. 557 do CPC, conforme alega a agravante, o STJ tem entendido que a confirmação de decisão monocrática de relator pelo órgão colegiado sana eventual violação àquele artigo:

“Ementa PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. CONFIRMAÇÃO POR ÓRGÃO COLEGIADO. VIOLAÇÃO AO ART. 557 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que a confirmação de decisão monocrática de relator pelo órgão colegiado sana eventual violação ao art. 557 do CPC. Hipótese em que o direito do autor, ora recorrido, à incidência do abono sobre suas vantagens pessoais passa a subsistir por decisão colegiada, não monocrática. 2. Agravo regimental improvido.” (STJ, AgRg no REsp 782313/ RN, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2005/0154727-9, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, QUINTA TURMA, DJ 10/04/2006 p. 290).

Diante do exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso de Agravo, mantendo-se a decisão vergastada.

Recife, 24 de Janeiro de 2010.


Sílvio Romero Beltrão
Relator Convocado